

Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM)
Justiça Climática, Cidades e Desigualdades Ambientais
Professor Pedro Henrique Campello Torres

Aluna: Maria Paula Reis Rangel Querido Moreira

Artigo: Too late for indigenous climate justice: Ecological and relational tipping points

Autor: Kyle Whyte

Ano da publicação: 2019

Kyle Whyte é filósofo e professor doutor da Universidade de Michigan. Sua pesquisa aborda a justiça ambiental, concentrando-se em questões morais e políticas relativas à política climática e aos povos indígenas, à ética das relações cooperativas entre os povos indígenas e organizações científicas, e aos problemas da justiça indígena em discussões públicas e acadêmicas sobre soberania alimentar, justiça ambiental e o antropoceno. (Fonte: <https://kylewhyte.seas.umich.edu/about/>)

Ideias centrais do artigo

- A principal ideia do texto é de ser **tarde demais para evitar injustiças ambientais contra os povos indígenas** – quer estejam relacionadas com a exposição às próprias mudanças climáticas ou com os danos decorrentes da forma como algumas sociedades escolhem mitigar as alterações climáticas.
- Para o autor, que é do povo indígena Potawatomi e trabalha com ações indígenas de justiça climática na América do Norte, abordar as alterações climáticas é uma questão de **fortalecer a autodeterminação coletiva indígena** para promover as suas próprias **aspirações e resistir à opressão**.
- Estamos cientes da urgência climática e da necessidade de *ações para reduzir as concentrações atmosféricas de gases de efeito estufa*. Sabemos também que, se as sociedades humanas (forma como o autor se refere a nós) não conseguirem implementar intervenções imediatas nas próximas décadas, o sistema terrestre poderá cruzar o **ponto de ruptura ecológico** de um aumento de 2°C na temperatura média global.
- Atravessar este ponto pode gerar perigos alarmantes – que os relatórios mostram serem *preocupantes para os povos indígenas em todo o mundo*, incluindo **secas mais severas, elevação do nível do mar, fenômenos meteorológicos extremos cada vez mais frequentes, entre outros**.
- Normalmente, considera-se como fatores que geram esses perigos, as fontes de energia, a utilização dos solos e os sistemas econômicos humanos. Dessa forma, as soluções para as alterações climáticas envolvem estratégias como a redução da dependência dos combustíveis fósseis, a educação ambiental ou a “reestruturação” do sistema capitalista para incentivar a sustentabilidade.
- Segundo o autor, tais “soluções” não impedem futuros perigos aos povos indígenas, pois exigem que as relações que conectam as diversas instituições sociais sejam adequadas a uma ação coordenada para a justiça. Porém, mantemos relações que carecem de certas qualidades, de acordo com os povos indígenas, como **consentimento, confiança, responsabilidade e reciprocidade**. Relações essas, que levam tempo para serem cultivadas e desenvolvidas. Ou

seja, são necessárias para a tomada de medidas urgentes e justas, mas não podem ser estabelecidas com urgência.

- Dito isso, o autor apresenta dois cenários possíveis relativos às mudanças climáticas e justiça ambiental aos povos indígenas: o primeiro, envolve uma ação global abrangente para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, liderada pelo o que o autor chama de nações privilegiadas. No entanto, sem respeitar as relações de **consentimento**, **confiança**, **responsabilidade** e **reciprocidade**, a implementação de soluções prejudica amplamente os povos indígenas, seja através do **deslocamento**, da **expropriação de terras**, de esquemas de **pagamento e práticas de emprego injustos**, entre outros exemplos. Nesse cenário, o aumento de 2°C é evitado, mas as injustiças ambientais continuam como sempre. Conclui-se, então, ser *tarde demais para acabar com as injustiças climáticas ligadas à implementação de soluções de adaptação ou mitigação*.
- O segundo cenário envolve a procura, pelas nações privilegiadas, de estabelecer e reparar as relações de consentimento, confiança, responsabilidade e reciprocidade. No entanto, **o tempo necessário para o fazer é lento**, o que significa que a redução das emissões leva mais tempo porque os principais projetos demoram mais tempo para se desenvolverem. Embora neste cenário os povos indígenas tenham relações com outras instituições sociais que conduzem a uma coordenação orientada para a justiça, verifica-se, no entanto, um aumento de 2°C, levando a mudanças ambientais drásticas. No entanto, as qualidades relacionais para uma coordenação urgente e orientada para a justiça serão estabelecidas para o futuro, para além deste cenário.
- **Ponto de ruptura ecológico:** diz respeito à forma como a inação das sociedades para mitigar as suas contribuições para as concentrações atmosféricas de gases de efeito estufa ameaça ter efeitos irreversíveis.
- **Ponto de ruptura relacional:** diz respeito à inação das sociedades em estabelecer ou manter relações de qualidade que conectam as instituições sociais em prol de uma ação coordenada. Tal inação acaba por impossibilitar respostas rápidas a problemas urgentes sem praticar injustiças.
- Ao longo do texto, Whyte apresenta diversos exemplos de situações que alguns povos indígenas da América do Norte vivenciaram que expressam a **interligação entre o ponto de ruptura ecológico e relacional**. Um deles é o caso do povo Inuit, que em dezembro de 2005, liderado pela ativista indígena Sheila Watt-Cloutier, submeteu uma petição requerendo auxílio da Corte Interamericana de Direitos Humanos para **combater violações aos seus direitos humanos**, resultados do aquecimento global e das alterações climáticas, ocasionados especialmente, segundo eles, **pela ação e omissão do EUA**. A liderança indígena cita questões de “autodeterminação” e “relações de poder”, enfatizando a inseparabilidade de questões como **consentimento** e **responsabilidade** em conversas sobre como tomar medidas coordenadas e urgentes em resposta às mudanças climáticas.
- *O desrespeito pelo consentimento, ao longo do tempo, impediu a autodeterminação e gerou desconfiança, falta de responsabilização e reciprocidade. Ponto de ruptura relacional foi ultrapassado.*

- O autor afirma que se esse é o estado de muitas relações entre povos indígenas e o “homem branco”, não deveria ser surpresa que as **diversas soluções de mitigação também sejam prejudiciais**. Um exemplo são as construções de barragens para energia hidrelétrica, como a Usina de Belo Monte, que violam o consentimento e os direitos dos povos indígenas ao alterarem o seu uso da terra, os traços culturais e seu modo de vida.
- Nessa perspectiva, o texto sugere que há fortes razões pelas quais pode ser tarde demais para enfrentar as mudanças climáticas, seja no sentido de travar um aumento de 2°C ou de evitar injustiças climáticas. O autor apresenta duas razões para essa afirmação: a primeira diz que as sociedades com elevados níveis de confiança, fortes padrões de consentimento e expectativas genuínas de reciprocidade seriam capazes de trabalhar em conjunto para garantir que os programas de conservação florestal ou de reassentamento possam ser implementados de forma rápida e justa quando forem necessários. **Mas, na ausência destas relações, a rapidez provavelmente só será possível se o consentimento ou a reciprocidade forem violados.** Em segundo lugar, tais relações levam tempo para se desenvolverem. São laços morais que amadurecem com o tempo, à medida que as pessoas em diferentes sociedades desenvolvem laços entre si. **O tempo que levaria para fortalecer essas qualidades de relacionamento, mesmo que todos se dedicassem a estabelecê-los, seriam ultrapassados pela velocidade que os impactos das mudanças climáticas estão acontecendo.**
- As concepções de sociedade para os povos indígenas incluem diversos seres e entidades além dos humanos, como plantas ou água, que também participam das relações desenvolvidas. Porém, na sociedade ocidental, há a crença de que podemos alcançar a sustentabilidade através da violação do consentimento, da confiança, da responsabilidade ou da reciprocidade, entre outras qualidades, para com diversos seres e entidades.
- **Colonialismo é uma forma de mudanças climáticas antropogênicas**, pois impõe deslocamentos, perda ou rompimento de relações com centenas de espécies das quais os povos indígenas dependiam através de laços de parentesco durante gerações e mudanças ecológicas drásticas.

Conclusão do autor

- Se compreendermos as mudanças climáticas sob a perspectiva adotada pelo autor, podemos concluir que o **ponto de ruptura relacional foi ultrapassado há muitos anos por impactos do colonialismo, industrialização e capitalismo.**
- O foco em evitar ultrapassar o ponto de ruptura ecológico é uma grande preocupação para alguns povos indígenas porque sabem que a qualidade das relações não é suficiente para uma resposta coordenada urgente.
- O autor também faz um questionamento muito válido: *Será esta apenas mais uma situação, semelhante ao Cenário 1, onde um apelo à urgência é usado para justificar soluções que, em última análise, prejudicam os povos indígenas?* Foi assim que o poder colonial foi exercido no passado, isto é, utilizando urgências reais ou percebidas para mascarar ou justificar privilégios, danos e injustiças.

- Embora possa não ser tarde demais para algumas pessoas privilegiadas continuarem a viver os seus sonhos e aspirações para as gerações futuras, **para os povos indígenas é tarde demais para evitar mais injustiças.**
- Outros questionamentos apresentados na conclusão: *Existem futuros possíveis que não sacrifiquem o consentimento, a confiança, a responsabilidade e a reciprocidade? Essas qualidades e relações de parentesco podem ser estabelecidas no ritmo da urgência?*

Citações

“Indigenous actions, including my writing here, often aim to honor the specifics of each of our peoples at the same time we build a broader indigenous coalition that respectfully embraces and mobilizes the convergences we can share”. (Página 2)

“While many people are concerned about crossing the ecological tipping point, the relational tipping point got crossed long ago thanks to systems of colonialism, capitalism, and industrialization”. (Página 3)

“Kathryn Nagle, Sarah Deer, and Victoria Sweet show how sexual violence against indigenous persons remains a severe problem in extractive industries, which, of course, very much speaks to violations of consent, revealing striking degrees of untrustworthiness and failures of accountability (Deer & Nagle, 2017; Sweet, 2014)”. (Página 3)

“Globally, there are few reasons for indigenous peoples to trust the societal institutions that propose projects that are on or affect indigenous lands, whether they are solutions to or drivers of anthropogenic climate change. This suggests the relational tipping point is crossed, and relational qualities must be established or repaired for justice-oriented coordinated action to be possible”. (Página 4)

“It's in fact the establishment of kinship that will make it possible, at some point in the future, to behave urgently when the need arises. But for now, it seems like there is little attention paid to what quite a few indigenous peoples are conveying about the factors that make climate change dangerous. Urgency must be aimed at addressing ecological and relational tipping points together”. (Páginas 5 e 6)